

# Sarney vai à TV

## anunciar pacote

**Equipe econômica entrega hoje ao presidente as medidas detalhadas**

**JOÃO BORGES E  
SILVANA QUAGLIO**

Brasília — O presidente José Sarney vai anunciar ainda esta semana, em cadeia nacional de rádio e televisão, o pacote de emergência destinado a reduzir os riscos de hiperinflação. Ontem, o líder do PFL no Senado, Marcondes Gadelha, informou que, no mesmo dia em que enviar o conjunto de medidas ao Congresso, o presidente falará à Nação, explicando o sentido do pacote, preparado a partir do plano de emergência que lhe foi entregue pelas lideranças partidárias. A venda de 14 empresas estatais, o não-preenchimento de vagas no serviço público, a venda das mansões do lago Sul de Brasília e de oito mil imóveis da União são algumas das medidas que o presidente Sarney quer adotar para conter os gastos públicos. O pacote incluirá, ainda, a redução das alíquotas médias de importações, que hoje estão em torno de 40%.

O pacote de emergência, que está amarrado em um grande projeto de lei, e algumas medidas provisórias prevê ainda alterações na legislação que permitam maior rigor e rapidez na cobrança de impostos atrasados. O senador Marcondes Gadelha disse que o governo identificou US\$ 20 bilhões de tributos ou processo de cobrança. O senador informou que o pacote incluirá a redução dos incentivos fiscais — cerca de US\$ 6 bilhões anuais — mas tranquilizou os beneficiários dos incentivos da Sudam e da Sudene, que deverão ser poupados. Ontem, às 18h30, o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, telefonou para Gadelha informando-o de que ainda hoje a equipe econômica entrega ao presidente Sarney o detalhamento das medidas econômicas. Mailson disse que as medidas são positivas e espera uma rápida implementação. O secretário-geral do Ministério da Fazenda, Paulo César Ximenes, informou que a privatização será limitada a 14 empresas.

O PT, que não subscreveu o plano de emergência preparado pelas lideranças partidárias, vai tentar obstruir a votação das medidas. Mas, apesar dessa oposição ao pacote, que o PT julga ter fins eleitoreiro, há uma expectativa de que as medidas serão aprovadas. “O Congresso abriu crédito de confiança ilimitado ao governo e encaminhou um documento que representa o sentimento da maioria dos parlamentares; então ficaria mal para o Congresso não aprovar essas medidas”, afirmou o senador Marcondes Gadelha.